

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTINA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SÉRGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A volta dos que não foram



Festejar um José Dirceu e um Eduardo Cunha nos salões de Brasília, depois de tudo o que fizeram para desmoralizar a democracia e as instituições, equivale a fazer troça da República

Quando José Dirceu subiu à tribuna do Senado para discursar sobre a democracia brasileira, no último dia 2, o gesto disse muito mais sobre a qualidade do Senado e da democracia do que sobre Dirceu. O prócer petista ganhou tratamento de estadista na Câmara Alta da República duas décadas depois de ter sido escoreado do Congresso por sua participação ativa no escândalo do mensalão – expressão que resume a corrupção da democracia no País. E ainda teve a oportunidade

de dizer que quase não aceitou o convite porque, em outras palavras, o Congresso que o cassou não o merecia. “Zé, é uma honra, para nós, ter você conosco”, disse o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), autor do convite a Dirceu a propósito dos 60 anos do golpe militar de 1964.

A soberba do “Zé” tem razão de ser. Perto de alguns dos muitos pigmeus do Senado e da Câmara de hoje, Dirceu é um gigante da sobrevivência política. A prova mais luminosa disso nem foi sua constrangedora participação em uma sessão solene no Senado, de resto

feita para louvar aquele que os petistas chamam de “guerreiro do povo brasileiro”, e sim a festa de seu 78.º aniversário em Brasília. Compareceram o presidente da Câmara, Arthur Lira, e políticos de diversas extrações, além de vários ministros de Estado. Todos ali ouviram uma aula magna de Dirceu sobre o projeto de poder lulopetista. Portanto, ninguém pode dizer que não foi avisado.

Mas Dirceu não voltou sozinho do além. Quem andou circulando com enorme desenvoltura em Brasília recentemente foi Eduardo Cunha, cujo mandato de deputado federal foi cassado em 2016 em meio ao escândalo do petróleo e da ofensiva da Lava Jato.

Cunha ganhou a ribalta por ter presidido a Câmara no impeachment da presidente Dilma Rousseff e por ter formado uma bancada pessoal de deputados fiéis, movidos a verbas e cargos negociados pelo poderoso parlamentar. Caiu em desgraça por razões óbvias – de tal modo que 450 deputados votaram pela sua cassação e apenas 10 o apoiaram –, mas, apesar dessa punição acachapante, o ostracismo durou pouco: no dia 11 passado, Eduardo Cunha foi uma das estrelas da festa de aniversário do deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), que reuniu petistas, bolsonaristas e ministros do Supremo Tribunal Federal. Cunha foi até chamado de “presidente” pelo deputado comunista Renildo Calheiros (PE) e saiu a defender o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de mandar matar a vereadora Marielle Franco.

Já sabemos que a democracia brasi-

leira não anda bem das pernas, seja pelo voluntarismo censório e inquisitorial do Supremo, seja pela captura do Orçamento federal pelos interesses paroquiais de parlamentares, seja pela naturalidade com que o golpismo ganha ares de legitimidade. Mas quando personagens que deveriam ser liminarmente rejeitados pelo mundo político são, ao contrário, recebidos ali como respeitáveis xamãs, constata-se que esse mundo político, já conhecido por seus escassos limites morais, se rebaiou ainda mais, convertido ao credo de que tudo vale – e, pior, de que malfeitos eventualmente abrilhantam biografias, em vez de enxovalhá-las.

Festejar um José Dirceu e um Eduardo Cunha, depois de tudo o que fizeram para desmoralizar a democracia e as instituições, equivale a fazer troça da República, cujo nome é pronunciado em vão por aqueles que a corrompem por dentro, tal como as saúvas denunciadas por Mario de Andrade há quase um século. Dirceu e Cunha são os heróis sem nenhum caráter que tão bem representam o ideal político do Brasil de hoje: como Macunaímas atualizados, proclamam a quem interessar possa que não vieram ao mundo para ser pedra, isto é, para se apegar a valores como respeito à moral, às leis e à democracia, e sim para explorar todas as oportunidades que tiverem, sem qualquer peso na consciência, para acumular poder, influência e riqueza. É por isso, e por nenhuma outra razão, que tipos como Dirceu e Cunha são recebidos nos salões de Brasília não com repugnância, e sim com admiração e calorosos tapinhos nas costas. ●

Contas no vermelho até 2026

Ao projetar déficit até o fim da gestão de Lula, aumentando o descrédito já generalizado sobre o esforço fiscal, FMI sugere ‘esforço mais ambicioso’ do Brasil – que provavelmente não virá

O arcabouço fiscal será incapaz de estabilizar, no tempo previsto pelo governo, a dívida pública brasileira, que continuará crescendo neste e nos próximos cinco anos, pelo menos. Em resumo, é isso o que mostra um relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), que retira de vez a credibilidade – se é que ainda havia alguma – do compromisso do governo de Lula da Silva de conter a dívida com a produção de superávit nas contas públicas. Pelos cálculos do FMI, as contas só voltam ao azul em 2028, e a redução da dívida dependerá de um “esforço mais ambicioso” do Brasil.

Os dados foram divulgados esta semana, dois dias depois de o governo anunciar as novas – e bem menos rigorosas – metas para os resultados fiscais

de 2025 e 2026. O que significa que a avaliação do Fundo poderia ter sido ainda mais crítica diante do afrouxamento das métricas do arcabouço. É verdade que a promessa de déficit zero para este ano já estava evitada de descrédito, e por mera questão de prazo legal o objetivo permanece inalterado. Mas para o ano que vem as expectativas ainda se fiavam em algum superávit, mesmo que inferior ao 0,5% do PIB originalmente previsto. Agora, o governo praticamente jogou a toalha ao admitir continuar no vermelho também em 2025 e 2026.

A decisão de mudar a estimativa de superávit de 2025 para meta zero foi traduzida pela maioria dos analistas como a admissão de um novo déficit, já que há uma margem permitida de 0,25 ponto porcentual para cima (improvável, diante da conjuntura atual) ou para

baixo. Para 2026, o prometido superávit, que era de 1%, foi revisto para 0,25%, o que foi entendido pelo mercado como um sinal de que nem isso será alcançado, principalmente por se tratar de um ano de disputa presidencial. Imperativos eleitorais têm prevalecido sobre a necessidade de concentrar o esforço fiscal mais na redução das despesas do que no aumento da receita.

Ao prever que a trajetória da dívida pública brasileira caminha para alcançar 93,9% em 2029 – o último horizonte de cálculo do Monitor Fiscal do FMI –, o Fundo emparelha o Brasil com países em dificuldade extrema, como a Ucrânia, em guerra há dois anos, e o Egito, em gravíssima crise econômica. Apesar disso, a projeção ano a ano para o Brasil ficou menos ruim do que o cenário anterior traçado pelo Fundo: a relação para a dívida em 2024 caiu de 90,3% do PIB para 86,7%; para 2025, passou de 92,4% para 89,3%.

Há um conjunto de bons parâmetros que, numa gestão responsável, poderiam contribuir para um planejamento eficiente de longo prazo. Por exemplo, a perspectiva de o Brasil ingressar, neste ano ou no próximo, no clube das economias com PIB acima de US\$ 3 trilhões. Passaria, com isso, da 9.ª para a 8.ª posição entre as maiores economias do mundo. O País está num momento raro que permitiria elaborar uma equação combinando rigor fiscal e investi-

mento, não fosse a visão eleitoreira, inconsequente e imediatista que caracteriza o lulopetismo.

Isso ficou muito claro no acordo recente firmado entre a Casa Civil e o Congresso para antecipação do gasto extra de R\$ 15,7 bilhões, previsto apenas para maio, mas que poderia ser inviabilizado por receitas abaixo do previsto, conforme as regras do arcabouço – devidamente dribladas.

O equilíbrio fiscal é uma agenda a ser adotada pelo Executivo e pelo Congresso, mas é necessário que o governo demonstre genuíno compromisso com a consolidação fiscal, o que é posto em dúvida a cada novo ataque ao Orçamento e a cada declaração de Lula e dos petistas no sentido de que é preciso gastar mais para promover o crescimento econômico e, assim, gerar superávits por mágica.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, preferiu enxergar o relatório do FMI sob a ótica da projeção menos ruim da dívida pública para este ano e para 2025, desconsiderando que a relação de 90,9% prevista para o último ano do governo Lula da Silva colocará o Brasil em posição pior do que a da estropiada Argentina de Javier Milei. A equipe econômica calcula em 1% ao ano o superávit necessário para buscar a consolidação fiscal. Por tudo o que se viu até agora, este não é de forma alguma o espírito do governo. ●